

A FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA - STRICTU SENSU - EM SERVIÇO SOCIAL: PAPEL DO PÓS-GRADUAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL*

Myrian Veras Baptista e Maria Lucia Rodrigues**

1- GÊNESE:

Para se compreender o que é hoje o Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em serviço social no Brasil é preciso remontar à **gênese** do serviço social, à sua estreita vinculação com o projeto de sociedade da Igreja Católica, nos finais do século XIX e início do século XX e às polémicas históricas entre a Igreja e os cientistas, desde os tempos de Galileu Galilei.

Muito embora o serviço social tenha, em seu processo de institucionalização e profissionalização, gradativamente, afrouxado seus vínculos formais com a Igreja e buscado em outros saberes as bases para a sua ação, esta ligação estreita marcou (e, de certa forma, marca ainda) sua relação com as ciências sociais que o viam como uma proposta de serviços marcadamente assistenciais e caritativos, de fundamentos essencialmente ideológicos e, portanto, não merecedor de espaço nos meios acadêmicos - dominados por pensadores que buscavam uma verdade "desideologizada": ver os fatos como coisas, como

*"Taller" apresentado no Seminário Latino Americano realizado em Lima, Perú, em novembro de 1991 - promoção ALAETS - CELATS

**Professoras Doutoradas da Pós Graduação PUC-SP

recomendava Durkheim. O ver-julgar-e-agir de proposta seguida pelo serviço social, dava um sentido moral ao julgar, condenado pelos cientistas sociais da época.

Esta relação polémica se explicitou com mais clareza quando as unidades de formação de seus quadros profissionais - até então autônomas - incorporaram-se às Universidades, o mais das vezes, aos Centros de Ciências Humanas e Sociais dessas Universidades.

Quem viveu esses tempos tem longas histórias a contar sobre restrições e limitações (de espaços, de verbas, de decisões) que lhes eram impostas por pertencerem a uma área considerada "invasora", "não acadêmica", no espaço universitário. Ainda hoje, resquícios dessa postura são perceptíveis na determinação de recursos, na designação de consultores para a área, na definição do espaço do serviço social, nas Universidades e nos órgãos de Pesquisa.

Por outro lado, nessa incorporação à Universidade, o serviço social sofreu os impactos da política educacional voltada para uma "modernização conservadora" do período (Lamamoto, Karsch, Araújo, 1990, p. 8) que, na época, a partir de um quadro de crescente burocratização e redução orçamentária, redundou na sua esterelização política e científica.

Nesse sentido, a análise de sua luta por visibilidade no meio acadêmico como "área emergente das ciências sociais" é um veio explicativo fecundo para compreensão da implantação e desenvolvimento dos programas de pós-graduação em serviço social. A sua compreensão está também inserida na compreensão da própria instalação e desenvolvimento do sistema de pós-graduação nas universidades brasileiras.

2- A EMERGÊNCIA DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO NO BRASIL

Quando, na década de 60, na esteira da ideologia desenvolvimentista, o Brasil assistiu a um enorme crescimento de demanda pela educação superior (1) que pressionava e tensionava um sistema educacional antiquado e rígido, houve um agravamento de seus problemas nessa área: as instituições, para responderem a esse desafio, passaram, por um lado,

a contratar professores indiscriminadamente e, por outro lado, a ampliar de forma geométrica o número de alunos em sala de aula (obrigando, muitas vezes, que o professor universitário desse suas aulas com microfones nas mãos). Essa situação teve consequências sérias na qualidade da formação.

A limitada capacidade do sistema em auto-regenerar-se e suprir às suas necessidades de corpo docente suficientemente qualificado, levou o governo brasileiro a assumir medidas, tanto no que diz respeito ao controle da expansão do sistema educacional superior, quanto ao desenvolvimento de ações voltadas para a correção daquela defasagem qualitativa e quantitativa na formação de recursos humanos.

Para que pudesse haver uma ampliação no nível da qualidade do corpo docente das universidades foi, então, planejada a implantação de cursos de pós-graduação *strictu sensu* (2), cujo objetivo seria a formação do docente universitário e de profissionais de pesquisa.

O modelo de pós-graduação que informou o planejamento brasileiro foi o modelo norte-americano que tinha como característica básica a diferenciação entre *stricto-sensu* - com responsabilidade de formação de professores para o magistério universitário, de pesquisadores e de profissionais de alto nível, e atribui os graus de Doutor e de Mestre - e *lato-sensu* - para aperfeiçoamento ou especialização restrita de profissionais, sem atribuição de grau acadêmico. Outra característica é a exigência de elaboração de dissertação para mestrandos e de tese para doutorandos.

Por mais de uma década, a pós-graduação funcionou sem uma política definida que a orientasse. Os seus cursos se expandiram acelerada e desordenadamente por todo o país, o que pressionou o governo a tomar medidas para o seu disciplinamento, seja em termos de distribuição geográfica, seja em termos de capacidade acadêmica, institucional e/ou financeira das unidades de ensino. Em decorrência, em 1974, foi criado o Conselho Nacional de Pós-Graduação, com a incumbência de viabilizar a "Formação de uma política nacional, com o estabelecimento de metas prioritárias e a proposição de um orçamento que atendesse ao planejamento da Pós-Graduação em função das

necessidades do desenvolvimento econômico".

Em 1975 foi elaborado o I Plano Nacional de Pós-Graduação, que procurava definir a política governamental no setor e contribuir diretamente para o aceleramento da melhoria qualitativa da profissionalização e da formação de pessoal docente. Este Plano tinha como diretriz principal a institucionalização do sistema, a elevação de seu desempenho e o planejamento de sua expansão. Nele, foram estabelecidas as seguintes funções para o ensino pós-graduado:

- formação de professores para o magistério universitário
- formação de pesquisadores para o trabalho científico
- preparação de profissionais de nível elevado.

Nesses vinte anos de funcionamento, os programas de pós-graduação brasileiros se consolidaram. Em 1990, tendo por base as análises realizadas no V Encontro Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, foi elaborado o IV Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPg - que procurou pensar a pós-graduação, contextualizada no processo vivido pelo país, principalmente após a promulgação da nova Constituição, a qual objetiva fortalecer o potencial formador dos recursos humanos e incentivar e fomentar a pesquisa.

O grupo de trabalho dos pró-reitores recomendou que os eixos básicos do IV PNPg deveriam contemplar:

- os princípios da autonomia e flexibilização institucional, para permitir a internalização do Pós-Graduação: cada Universidade chamando a si a responsabilidade da gestão do sistema e propondo modelos abertos próprios à sua vocação específica;
- a flexibilização das normas e modelos, tanto externos quanto internos: a regulamentação externa à Universidade deve ser mínima e estritamente referencial, de modo a garantir a unidade na diversidade. A passagem direta graduação/PÓS-GRADUAÇÃO, mestrado/ doutorado, aproveitamento de créditos, criação de alternativas à dissertação, articulação com a especialização, podem constituir alternativas de flexibilização;

- a suspensão da obrigatoriedade da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros;
- a maior agilidade no sistema de credenciamento;
- a otimização do sistema em termos de mudança de nível acadêmico do aluno (computando tempo de mestrado para doutorado, por exemplo) e criação de modelos alternativos e/ou complementares de pós-graduação como consórcios, cursos fora da sede e programas de cooperação inter-institucional;
- a mudança da estrutura dos cursos, substituindo créditos de disciplinas por créditos de atividades, diminuindo o número de créditos obrigatórios, criando programas mais personalizados, incorporando estudantes em grupos de pesquisa, valorizando a figura do orientador, buscando combater o conservadorismo e o corporativismo;
- o estímulo aos programas de iniciação científica, em conjunto com a graduação;
- a preocupação com a perspectiva multidisciplinar;
- a manutenção do atual modelo de avaliação, referencial e classificatório, constituído e mantido pela CAPES, no qual o julgamento dos programas é feito por seus pares, indicados pela comunidade científica, que, pela sua regularidade, tem assumido um papel de ponto de referência e de subsídios;
- o desencadeamento de um processo permanente de reflexão e aperfeiçoamento do sistema, de forma a responder com agilidade às mudanças nas estruturas dos cursos e à criação de modelos alternativos.

3- A PÓS GRADUAÇÃO STRICTU SENSU EM SERVIÇO SOCIAL E O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Não foi por acaso que os programas de pós-graduação *strictu sensu* em serviço social se organizaram no Brasil, na década de 70, como uma das primeiras áreas a responder à política nacional de modernização das Universidades brasileiras iniciada na década anterior: estava em jogo

aí o seu acesso a um estatuto no mundo acadêmico que o levava a investir com força na formação científica não apenas de seus professores mas também de um corpo de pesquisadores que contribuíssem para a construção de conhecimentos, com legitimidade científica, na área.

Em 1971, iniciam-se as atividades do Curso de Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- apenas 2 anos após o início do primeiro curso de mestrado da Universidade e é a quarta área a fazê-lo. Em 1972, as da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1976 e 1977, passam a funcionar os pós-graduações da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Em 1978 e 1979, surgem, respectivamente, os Mestrados da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Pernambuco, abrindo possibilidades de titulação em uma região geograficamente distante dos centros de pós-graduação então existentes e mais recentemente, em 1990, inicia-se o Curso de Mestrado da Universidade Nacional de Brasília.

Em 1981 - dez anos depois do início do primeiro mestrado - foi implantado o Curso de Doutorado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; único curso de doutorado em serviço social na América Latina e em língua portuguesa. Assim, existem hoje funcionando regularmente, no Brasil, seis cursos de mestrado e um de doutorado em serviço social.

Segundo os dados obtidos em 1988, no Brasil, a cada ano, eram oferecidas 102 vagas nos cursos de mestrado e de doutorado. Em 1990, esse número se ampliou para mais 7 vagas oferecidas pelo curso de mestrado da UNB. Em 1988, 168 alunos faziam créditos de disciplinas, 215 estavam em orientação de dissertação ou tese. Até aquela época, haviam se titulado 372 mestres e 5 doutores.

QUADRO I: SITUAÇÃO DA PROGRESSÃO DA TITULAÇÃO NO BRASIL / 1988

Curso	Data de criação	Título que Concede	Nº atual de Discip.	alunos Orient.	Nº de egressos Ti.	Não Tit	Nº de vagas
PUCSP	1971	Mestre	105	75	114	*	15
		Doutor	25	32	5	*	10
PUCCJ	1972	Mestre	22	16	160	65	15
UF RJ	1976	Mestre	28	37	34	*	20
PUCRS	1977	Mestre	42	30	20	*	20
UFFa	1978	Mestre	27	11	26	34	12
UFPE	1979	Mestre	19	14	18	43	10
TOTAIS			243	183	372	102	

Fonte: Relatórios da Pesquisa sobre o Projeto Pedagógico do Serviço Social, 1988

* sem informação

Pode-se dizer que neste período houve a consolidação do sistema na área do serviço social. Embora de forma diferenciada, aumentou o contingente de pessoas qualificadas em ensino e pesquisa, exercendo um impacto revitalizador sobre a graduação e sobre a institucionalização da pesquisa; cresceu a sua produção científica; emergiram associações científica.

Os estudos de Iannamoto, Karsch e Araújo (1990,p,8), com base nos dados da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), apontam existir hoje no Brasil 66 unidades de ensino de serviço social, cujos docentes são parcela significativa da demanda real dos cursos de pós-graduação *strictu sensu*. Acrescem-se a estes profissionais diretamente envolvidos no mercado de trabalho que têm representado parcela significativa de postulantes ao pós-graduação.

4- POSSIBILIDADES E LIMITES

4.1- OBJETIVOS E PROPOSTAS COMUNS - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Analisando os relatórios dos programas de pós-graduação brasileiros, apresentados por ocasião da pesquisa sobre o Projeto Pedagógico do Serviço Social (1988) e os dados por eles fornecidos no 1º Seminário Nacional de Ensino em Serviço Social (Belo Horizonte, 1990) notam-se alguns movimentos comuns.

O rumo que os Pós-Graduação em Serviço Social vêm tomando no Brasil aponta para uma certa identificação no que concerne a três aspectos essenciais à estrutura curricular, quais sejam: objetivos, áreas de concentração e eixos norteadores do projeto pedagógico.

Quanto aos objetivos, destaca-se a formação de pesquisadores, a capacitação de docentes, a produção científica e a prática interventiva na realidade social. Atravessam esses objetivos o desenvolvimento da capacidade para a análise e a crítica, direcionados à criatividade, o espírito científico e a competência profissional. Alguns programas, notadamente do nordeste, assinalam o privilégio das características regionais na investigação/produção de conhecimento.

As áreas de concentração, embora apresentadas de maneira um pouco diferenciadas, expressam a preocupação do serviço social brasileiro, mais específica hoje, pela concretização de um processo de formação profissional. Trata-se da intenção de articular a direção do trabalho do assistente social na análise e crítica das questões sociais que são objeto da intervenção profissional e dos processos político-econômico-culturais que compõem o quadro sócio-histórico no qual desenvolve a profissão. A título de exemplo, seguem abaixo as áreas de concentração de alguns programas de Pós-Graduação:

PUCSP:

- estratégias do serviço social na construção e implementação das políticas sociais;
- relação do conhecimento construído pelo serviço social com o

contexto das relações sociais e filosóficas contemporâneas;

- c) a pesquisa em serviço social;
- d) a docência em serviço social.

UFRJ:

- a) história e serviço social;
- b) processos políticos e instituições;
- c) processos culturais e movimentos sociais.

UFPE:

- a) serviço social;
 - b) movimentos sociais;
 - c) direitos sociais.
- UFPa:**
- a) política social;
 - b) fundamentação teórico-prática do serviço social.

As áreas aqui indicadas revelam, sem dúvida, eixos mais fortemente estabelecidos pelos Pós-Graduações, quais sejam, a relação Estado e Sociedade, as políticas e os direitos sociais e a pesquisa colocada no contexto das investigações das questões sociais.

Pelas próprias características de um curso de pós-graduação *strictu sensu*, a ênfase maior é sempre colocada na **investigação/produção de conhecimento** (produção científica), sendo explicitada a área das relações sociais (a questão social), das políticas sociais, da docência e da prática do serviço social como o solo em que se fundamenta todo o processo de formação profissional do assistente social.

Desenvolver a capacidade (criar uma atitude científica) de investigação, de docência e de prática (incluindo a elaboração de propostas alternativas) e **socializar a produção científica** tomam-se os grandes objetivos gerais dos programas de Pós-Graduação brasileiros.

Considera-se que os conhecimentos produzidos pelo serviço social, enquanto uma especificidade das ciências humanas e sociais, não devem limitar-se à sua área de conhecimento, mas buscar uma produção que informe também essas ciências como um todo, especialmente aquelas mais afins com a atuação do serviço social. Nesse sentido, alterações na organização do ensino e da pesquisa na área resultaram na busca de sincronia da Universidade e do serviço social com os processos sociais - transição democrática, reorganização da sociedade civil, emergência de novos sujeitos políticos, estabelecimento de uma nova Constituição, etc.

Constata-se um esforço no sentido de definir e estruturar linhas de pesquisa que aglutinem energias e abram espaços teórico-metodológicos diferenciados, com ênfase na transdisciplinaridade e na produção coletiva. Este esforço vem se materializando na constituição de núcleos de fomento à pesquisa que são integrados pelos docentes e discentes dos cursos de pós-graduação e de graduação. A perspectiva desses núcleos tem sido a de incrementar a pesquisa, visando fundamentalmente a capacitação de recursos humanos para a atividade investigativa, cobrindo a carência da área em termos de pesquisadores, tanto ao nível qualitativo, quanto quantitativo.

De acordo com o relatório de **Kameyama e Karsch** sobre a produção de pesquisas nos Pós-Graduação, na maioria dos cursos os temas das dissertações de mestrado e das teses de doutorado estão incluídos nas linhas de pesquisa definidas segundo suas áreas de concentração:

- na UFPE, todas as dissertações seguem as linhas de pesquisa, que se confundem com as áreas de concentração;
- na UFRJ, apenas 30% das dissertações estão centradas nas linhas de pesquisa;
- os demais cursos procuram orientar suas teses de acordo com as linhas de pesquisa.

4.2- ESTRATÉGIAS E PRINCÍPIOS DE AÇÃO

A viabilização dos objetivos propostos exige dos programas a definição de estratégias e princípios de ação.

A estratégia central é a vinculação crescente da produção científica a linhas de pesquisa, procurando atingir uma coerência entre o conteúdo das disciplinas/ as propostas de curso/ o perfil dos alunos/ a demanda da profissão, estabelecendo intercâmbios além das fronteiras acadêmicas e vínculos com outras áreas de conhecimento, centros de pesquisa e iniciativas emergentes. Embora incluídas no quadro das ciências sociais, as pesquisas desenvolvidas em serviço social vêm procurando garantir a especificidade de sua abordagem no que tange à inserção do serviço social na divisão técnico-prática do trabalho - pelo fato de ser uma disciplina que tem por horizonte, necessariamente, a intervenção.

A ocasião do recredenciamento obrigatório na CAPES, a cada cinco anos, tem oportunizado a redefinição do projeto acadêmico dos Programas e tem apontado uma maior preocupação pela perspectiva transdisciplinar da formação e da pesquisa, do pluralismo teórico-metodológico referenciado por uma Teoria Social.

4.2.1- PLURALISMO

Uma questão que se coloca para a maioria dos cursos de Pós-Graduação em Serviço Social é a de que, na tentativa de adotar um pluralismo teórico/ metodológico, situando a reflexão e a prática do serviço social em diferentes paradigmas, tem-se corrido o risco de cair em um ecletismo incauto, em prejuízo do rigor científico. Em resposta a essa questão alguns Programas têm enfatizado (como se pode constatar no projeto acadêmico da UFRJ) a reflexão sobre as fontes originais da teoria social crítico-dialética.

De fato, o espaço acadêmico é um espaço que, por definição, não pode ser dogmático, deve ser pluralista: espaço onde convivem, defrontam e confrontam-se divergências, porque é só através delas que se constrói o novo.

Isto não significa homogeneização das diferentes posições -; ou seja, atribuir às diversas óticas do social o mesmo estatuto de verdade - os programas devem trabalhar as diferentes posições, submetê-las à crítica teórica, perceber seus limites e suas potencialidades. Negá-las para superá-las, o que significa resgatá-las no que elas têm de potencialidades e ultrapassá-las, reconstruindo-as, dando-lhes a dimensão necessária

exigida para o alcance da verdade e para garantir a coerência da proposta assumida. Por exemplo, alguns estudos e propostas de pensadores norte-americanos, com contribuições de grande importância para o conhecimento do serviço social, para que sejam resgatados, devem ser submetidos à crítica teórica e reconstruídos de forma que adquiram uma dimensão histórica e uma perspectiva de totalidade, que lhes faltam e que são os seus limites.

O pluralismo, tomado de uma dimensão liberalizante, de homogeneização, tem, via de regra, se revestido em ecletismo incauto, em prejuízo do rigor científico e da construção do conhecimento e da prática crítica.

Mas, por outro lado, o dogmatismo tem sido uma camisa de força que impede - pela preocupação acirrada pela coerência e pelos estereótipos e desqualificações que estimula - a criação do novo e o próprio desenvolvimento do conhecimento e da prática do serviço social.

4.2.2- MULTIDISCIPLINARIDADE

A multidisciplinaridade na abordagem teórica tem em vista enriquecer o conhecimento com novas dimensões e permitir a percepção da característica total do conhecimento. É principalmente através de cursos inter-disciplinares que o Pós-Graduação pode proporcionar uma maior abertura mental, desenvolvendo o poder de observação, de conhecimento e de crítica.

Porém, o alcance desses objetivos não se faz mecanicamente, bastando para isso que se tenha profissionais de diferentes áreas compondo o corpo de professores e investigadores do programa. Para que isso ocorra, é preciso que a abordagem de nossos profissionais e dos de outras disciplinas não se faça de forma estanque e que não parta de preconceitos quanto à especificidade de cada área. O importante é perceber que a realidade por onde transita o serviço social é uma totalidade, ainda que parcial, com uma dinâmica própria, inserida em outras totalidades que a determinam e das quais compõe uma dimensão. Nesse sentido, a contribuição das outras disciplinas para o conhecimento específico do serviço social tem como condição que estas tenham em vista aquela totalidade parcial e as suas relações.

A 'interdisciplinaridade', dimensão mesma da multidisciplinaridade quando efetivamente plural, envolve não só o ensino propriamente dito, mas também a reorganização curricular, a pesquisa, a aviação discente e docente, entre outros. É uma estratégia que favorece a comunicação de idéias, a articulação e o esforço conjunto em torno de assuntos correlatos no domínio do saber e no domínio da investigação, permitindo ampliar o âmbito do conhecimento e da prática.

4.3 - DIMENSÃO E TITULAÇÃO DOCENTE

Um estudo comparado sobre o processo de titulação docente demonstra ter havido um aumento relativo da dimensão do corpo docente. Em 1988 existiam 123 professores nos quadros dos 6 cursos de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado e Doutorado. Em 1985 existiam 81 professores, enquanto que, em 1988, os dados apontam para 123 docentes. Acontecem, também, mudanças na qualidade da titulação: enquanto, em 1985, 43 professores eram livre-docentes e doutores e 34 eram mestres, em 1988, 79 são livre-docentes e doutores e 48 são mestres. Na categoria de "outros" houve uma redução pela metade, de 4 para 2 nessa classificação.

U.Ensino	NºProfessores	Nível Acadêmico					
		Não AS	LD	D	M	E	Outros
PUC/SP*	13	1	10	2	-	-	1
PUC/RJ*	11	1	4	6	-	-	2
UFPe	17	-	4	13	-	-	7
UFRJ	20	2	12	6	-	-	7
PUC/RS	36	4	22	8	-	-	-
UFPA	29	-	19	10	-	-	-
TOTAL	123	8	71	48	-	-	15

* Dados de 1990

Dos 123 professores dos Cursos de Pós-Graduação em Serviço Social, em 1988, a maioria são assistentes sociais. 15 (12%) são de outra área: sociologia, ciência política, economia, informática, história e filosofia.

Além desses docentes, os cursos contam, periodicamente, com professores visitantes, brasileiros e estrangeiros, e seus alunos têm, via de regra, possibilidade de realizar parte de seus créditos de disciplinas em outros cursos da própria Universidade, ou em outra Universidade, ampliando assim o horizonte de reflexão sobre as temáticas de suas pesquisas. No curso de Doutorado, há a exigência de estágio em instituição de pesquisa, no país ou no exterior, o que tem possibilitado a convivência com pesquisas e pesquisadores de diferentes áreas e um conhecimento mais objetivo da problemática que envolve a realização de pesquisas.

4.4- PERFIL DO ALUNADO

Safira Ammann (1982) assinala que nos primeiros anos da instalação do mestrado, a demanda aos cursos era essencialmente de professores universitários, inclusive de outros países da América Latina. Essa demanda era tão intensa que a PUC/SP, nos primeiros três anos de funcionamento do Mestrado, matriculou um total de 120 alunos, quase todos provenientes dos quadros acadêmicos. Na PUC/RJ, no mesmo período, de um total de 59 alunos matriculados, 49 eram docentes universitários.

Essa demanda hoje alterou-se: independentemente do fato da PUC/RS apresentar uma porcentagem de alunos/docentes de 75%, os índices nos outros programas variam entre 50% e 40% - situação esta que foi objeto de reflexão no I Encontro de Programas de Pós-Graduação, promovido pela ABESS/CDEPS no Rio de Janeiro, em 1988, e onde se decidiu que os programas de pós-graduação *strictu sensu* deveriam privilegiar a formação de docentes e pesquisadores enquanto que o pós-graduação lato sensu deveria se voltar para a formação de especialistas. No curso de doutorado, a porcentagem de alunos/docentes é de 95%.

No Brasil, a cada ano, são oferecidas 102 vagas nos cursos de mestrado e 10 vagas no de doutorado. Em 1988, 168 alunos faziam

créditos de disciplinas, 215 estavam em orientação de dissertação ou tese. Até aquela época, haviam se titulado 377 mestres e 6 doutores.

O órgão do Ministério de Educação e Cultura responsável pela formação de docentes para o curso universitário - CAPES -, que desenvolve programas de bolsas de estudos no país e no exterior, destina uma quota de bolsas para alunos dos programas de pós-graduação em serviço social, sob duas modalidades: PICD e Demanda Social. Também, os alunos dos programas se beneficiam de quotas de bolsas fornecidas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). As quotas de bolsas CAPES/ PICD são administradas pelas Universidades de origem dos docentes e pesquisadores e as quotas de bolsas CAPES/ DS e do CNPq são administradas pelas coordenações dos programas. Existem também, em pequeno número, bolsistas ligados a outras instituições de pesquisa (como a FAPESP e a JNICT -Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica de Portugal), mas suas bolsas não são relacionadas a quotas para o pós-graduação em serviço social e sim a projetos específicos.

Gradativamente, o número de bolsistas dos programas tem aumentado. Hoje, cerca de 50% dos alunos dos cursos de mestrado e 90% dos alunos do curso de doutorado possuem bolsas (que frequentemente não abrangem o tempo total dos cursos). A maioria dos alunos/docentes são bolsistas.

Em termos de origem de classe, os alunos dos programas de pós-graduação procedem, em geral, de segmentos médios das sociedades urbanas. Os cursos de mestrado e o de doutorado do sudeste do país se caracterizam por receber alunos de todo o Brasil, enquanto que os do nordeste e do sul concentram o alunado originário da região. Alguns programas (PUC/SP, PUC/RJ, PUC/RS) recebem alunos latino-americanos (peruanos, chilenos, argentinos, paraguaios, uruguaios, mexicanos, panamenhos, costarriquenhos -, agora com o estímulo do programa PEC/PG, administrado pela CAPES e pelo Ministério das Relações Exteriores, de cooperação e intercâmbio com a América Latina, que tem encaminhado alunos, notadamente para São Paulo) e também europeus: portugueses (PUC/SP) e alemães (PUC/RJ).

95% da demanda, aproximadamente, é de assistentes sociais. Procuram também os cursos: pedagogos, filósofos, sociólogos e outros profissionais de áreas afins com o serviço social.

Em média, são alunos dos programas de pós-graduação, assistentes sociais com cerca de 3 anos de formados e que nem sempre têm experiência profissional. A UFRJ assinala no relatório da pesquisa sobre o Projeto Pedagógico (1988) que 80% do seu alunado, ingressado após 1986, não tem prática profissional.

4.5- PRODUÇÃO DOCENTE E DISCENTE

É inegável que a produção na área do serviço social teve um impulso considerável após a implantação dos programas de pós-graduação, ou seja, a partir da década de 70.

Essa produção teve força suficiente para justificar a criação de uma editora que, em um primeiro momento, publicava preferencialmente a produção dos assistentes sociais - a Cortez Editora - além de outras que eventualmente se dedicavam a publicação de trabalhos de profissionais da área.

Em termos de revistas de âmbito nacional, os corpos docente e discente dos programas de pós-graduação, além de publicarem artigos na revista já existente - *Debates Sociais* do CBCISS, Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio - viabilizaram a criação da revista quadrimestral *Serviço Social & Sociedade*, que está atualmente em seu 35º número, publicada também pela Cortez Editora (então, Cortez & Moraes) desde 1979. Alguns programas de pós-graduação criaram, no âmbito de suas Universidades, revistas para divulgação dos trabalhos desenvolvidos: por exemplo, na UFPE, os *Cadernos de Serviço Social* e na PUC/RJ as séries *Projetos e Relatórios de Pesquisa* e *Tradução de Textos de Interesse*. Além dessas produções, os relatórios dos programas de pós-graduação apontam artigos, conferências, treinamentos e assessorias, realizados por membros de seus corpos docentes em diversos lugares e instituições.

Os programas de pós-graduação se constituíram em espaço privilegiado para fomento à pesquisa. As primeiras produções de

dissertações de mestrado começaram surgir a partir de 1974 (PUC/SP e PUC/RJ), 1981 (UFRJ e PUC/RS), 1983 (UFPP) e 1984 (UFPE). As primeiras teses de doutorado foram apresentadas a partir de 1986 (3). No período de 1974-88, nos seis cursos de mestrado e no de doutorado foram produzidas 377 dissertações e 6 teses de doutorado, perfazendo um total de 383 produções, em média, 22 documentos por ano. Essa produção vem se articulando em torno de alguns eixos temáticos os quais podem ser agrupados, segundo incidência, da seguinte forma (Kameyama, 1989):

1- Análise das "metodologias" e/ou instrumentos de intervenção	- 32,5%
2- Estudo de objetos e processos sociais	- 15,4%
3- Formação profissional e ensino do serviço social	- 13,0%
4- Limites e possibilidades da prática do serviço social nas instituições	- 12,7%
5- Teoria e método em serviço social	- 9,0%
6- Política Social	- 5,8%
7- Movimentos Sociais	- 3,7%
8- Perfil profissional do assistente social e organização da categoria	- 2,6%
9- História do serviço social	- 1,8%

Tomando como referência essas linhas de pesquisa, o quadro a seguir aponta a incidência das dissertações de mestrado dos diferentes programas de Pós-Graduação brasileiros:

CLASSIFICAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES DE Mestrado SEGUNDO LINHAS DE PESQUISA

LINHAS DE PESQUISA	PROGRAMAS										Total
	PUCSP	PUCRJ	UFRJ	PUCRS	UFPA	UFPE	UFPE	UFPE	UFPE	UFPE	
Teoria e método em SS	07	14			10	00	01				34
9,0%											
Análise das "metodologias" e/ou instrumentos	33	69	06	08	04	02	122				
32,5%											
História do Serviço Social	01	04	01	00	00	01	07				
1,8%											
Limites e possibilidades da prática em instituições	15	13	11	04	03	02	48				
12,7%											
Política Social	09	01	01	00	09	02	22				
5,8%											
Movimentos Sociais	06	01	00	00	03	04	14				
3,7%											
Formação profissional do AS e ensino do Serviço Social	22	21	00	05	01	00	49				
13,0%											
Perfil profissional do AS e organização da categoria	03	05	00	01	00	01	10				
2,6%											
Estudo de objetos e processos sociais	17	26	02	04	03	06	58				
15,4%											
Outros	04	08	00	00	01	00	13				
3,5%											
TOTAL 100%	117	162	31	22	26	19	377				
FONTE: Nobuko Kameyama (1989)											

4.6- PROBLEMAS

O pequeno número de doutores, dificultando o credenciamento de pesquisas em órgãos financiadores - que exigem a presença de pelo menos um doutor na equipe pesquisadora. Esse problema, aliado à carência de pesquisadores na área, reduz as possibilidades da categoria para ampliação de seus espaços nos órgãos de pesquisa.

A política salarial e funcional instáveis, inclusive no que se refere a incentivos por titulação e produção científica.

A baixa produtividade: elevado tempo médio de titulação e alto índice de evasão: O tempo para titulação de mestrado dos alunos dos programas tem variado de 48 meses (4 anos) na PUC/RJ a 84 meses (7 anos) na PUC/SP. Este último dado é considerado um tempo muito extenso. **Kameyama e Karsch (1988)** consideram que esta situação pode ser consequência do alto custo dos cursos nas universidades particulares, do número insuficiente de bolsas de há poucos anos atrás, da falta de controle do produto final (dissertação ou tese) dos bolsistas e/ou da ausência do interesse pela titulação dos não docentes

5- PESQUISA

A afirmação do serviço social, seja na área acadêmica, seja na área de intervenção profissional, não pode prescindir da pesquisa como instrumento científico que possibilita sistematizar o conhecimento dos fatos que interessam à ação do serviço social, captando-lhes inclusive as tendências e direções.

O exame retrospectivo da evolução da pesquisa no serviço social (como uma especificidade das chamadas ciências sociais) realizado por **Nobuko Kameyama (6)**, permite apreender a influência que, em graus variáveis, teve o reconhecimento da área como ciência para o desenvolvimento de suas pesquisas.

Fazendo uma análise retrospectiva, **Kameyama** mostra que a fase de expansão e consolidação da pesquisa em ciências sociais no Brasil se dá na década de 60, com o início das operações institucionais da Fundação Ford, visando apoiar o desenvolvimento do ensino e da pesquisa (7). Somente em meados da década de 70 a FINEP inicia seu funcionamento e amplia-se paulatinamente sua área de atuação. O CNPq, criado em 1951, somente nos finais dos anos 60, com o desenvolvimento dos pós-

graduação nas áreas das ciências sociais, passa a reconhecê-las como área de pesquisa (8). Apesar desse reconhecimento, até hoje a participação das ciências sociais no conjunto das demais ciências ainda é reduzido: em 1986, o número de bolsas atribuídas a essa área correspondia a 21,53% e o número de auxílios à pesquisa era de 14,7%. O serviço social ganha espaço dentro dessa área à partir de 1984 e, em 1986, passa a compor o Comitê de Psicologia Social e Serviço Social. Ainda hoje a participação do serviço social é muito pouco significativa ao nível de demandas, atingindo, em termos de recursos, em torno de 2%, perdendo apenas para a Demografia, a Geografia e o Planejamento Urbano.

Kameyama considera que essa inclusão tardia das ciências sociais na programação das agências financiadoras de pesquisa se deve a diferentes fatores determinantes. A falta de tradição dessa área, em pesquisa, gerava preconceitos contra o cientista social, considerado muito mais como um "professor" do que como um "cientista social". O termo pesquisador e cientista só era aplicado ao pessoal das ciências exatas, mesmo porque era questionada a "cientificidade" das ciências sociais pelas áreas mais tradicionais em pesquisa. Dificuldades de ordem ideológica - por serem seus temas e respectivos tratamentos, em geral, críticos, frequentemente vinculados a idéias socialistas.

Para o serviço social, a situação foi ainda mais complicada porque, dada a sua especificidade e seu modo de inserção na divisão sócio-técnica de trabalho, houve uma tendência entre os pesquisadores, mesmo no âmbito das ciências sociais, a considerá-lo uma disciplina de aplicação, de caráter interventivo e não de pesquisa.

Além disso, existem fatores internos à profissão que dificultaram (e ainda dificultam) tanto uma valoração mais objetiva da pesquisa e do investimento científico necessários à sua expansão e desenvolvimento, quanto o reconhecimento do serviço social como uma área que não pode prescindir da pesquisa:

a) a inclusão tardia da disciplina de pesquisa nos currículos mínimos do serviço social no Brasil, o que foi acontecer apenas a partir de 1982; ainda que houvessem escolas isoladas que incorporassem a pesquisa em suas grades curriculares, não constituía esta uma "exigência" no programa de formação profissional dos assistentes sociais;

b) a fragilidade da formação no campo da investigação, que se deu posteriormente, expressa pelas dificuldades para o estabelecimento do objeto de estudo e escolha de procedimentos e instrumentos operacionais, na inconsistência do tratamento dos dados, entre outras;

c) a escolha desarticulada de temas de investigação em relação às exigências da profissão;

d) a confusão entre investigação e intervenção, que levou muitas vezes a considerar que a pesquisa em serviço social deveria ser, necessariamente, a investigação em detrimento de outros tipos de abordagem científica;

e) a apropriação equivocada de conhecimentos, notadamente da teoria marxista, que redundou em equívocos teóricos-metodológicos.

Essas dificuldades indicaram a necessidade de se empreender movimentos que superem o desconhecimento e uma certa vulgarização do uso da pesquisa em serviço social, reconhecendo-a como área de especificidade: afinal, nem todo assistente social precisa necessariamente ser um "pesquisador", mas é necessário compreender a dimensão da pesquisa enquanto instância privilegiada de aproximação e conhecimento da realidade social.

A introdução da pesquisa no serviço social vem sendo feita, portanto, de maneira lenta e penosa. O seu não reconhecimento como ciência na área acadêmica, a falta de tradição e de interesse específico pela formação de pesquisadores e o escasso índice de recursos disponibilizados para pesquisa mostra, em um primeiro momento, a pesquisa em serviço social como escassa, desarticulada, com incursões ocasionais e pouco expressivas. No entanto, o principal problema não é a falta de recursos financeiros, mas a falta de pessoal preparado para a realização de pesquisas.

O interesse pela pesquisa vem sendo incrementado, mas os recursos humanos para realizá-las são ainda escassos e desarticulados. O relacionamento do CEDEPSS com os centros de pós-graduação e com os núcleos de pesquisa das Universidades e Faculdades isoladas aponta para avanços na formação do pesquisador em serviço social.

5.1. A FUNÇÃO DO PÓS-GRADUAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PESQUISADORES

A formação pós-graduada como estratégia para a formação de pessoal de alto nível e para a realização de investigações coloca-se ainda como desafio.

A relação entre ensino e pesquisa no pós-graduação, poder-se-ia dizer, é uma relação de unidade: não é uma relação fortuita, ocasional, mas uma relação necessária. Ainda assim, mesmo no nível de pós-graduação, a atividade docente e de orientação de dissertações ou teses é privilegiada em detrimento das atividades de pesquisa(9).

De acordo com o relatório *Avaliação e Perspectivas*, 78,5% do corpo docente dos cursos de pós-graduação vem se dedicando à pesquisa. Estas pesquisas são realizadas individual ou coletivamente, com a formação de núcleos ou grupos de pesquisa, do qual fazem parte alunos do pós-graduação, profissionais da área e, em alguns casos, alunos dos cursos de graduação.

A elaboração discente de pesquisa se expressa principalmente nas Dissertações de Mestrado e nas Teses de Doutorado. No âmbito dos cursos de pós-graduação, foram produzidas, na área, cerca de 400 dissertações de mestrado e 15 teses de doutorado.

Segundo Kaneyama, os temas dessas pesquisas podem ser agrupados nos seguintes grupos temáticos:

- história, teoria e método em serviço social
- análise das "metodologias" e/ou instrumentos de intervenção
- limites e possibilidades da prática do serviço social
- movimentos sociais
- formação profissional e organização da categoria
- estudo dos processos sociais: clientelismo, populismo, etc.

Nos últimos 5 anos, os programas de pós-graduação vêm se organizando para implementação de linhas ou programas de pesquisa (antes desenvolvidos de forma isolada) através da:

- articulação de projetos em andamento

- definição de linhas de pesquisa à partir das prioridades das áreas temáticas dos cursos.

Mais recentemente, tem-se buscado realizar pesquisas em convênio com instituições externas às Universidades e aos órgãos de pesquisa - LBA, FUNABEM, Prefeituras, etc. - como forma de integração e relação com as instituições que atuam diretamente com programas ou políticas sociais de interesse do serviço social. Têm sido também realizadas investigações em conjunto com instituições internacionais de pesquisa, como a United Nations University, a London School of Economics, a Universidade de Coimbra.

Em 1991, uma nova modalidade de projetos de pesquisa vem possibilitando sua maior organização: é a política de **projetos integrados** desenvolvida pelas principais agências de financiamento. Atualmente, cerca de 10 projetos integrados de pesquisa em serviço social recebem financiamento do CNPq, da FINEP e da Fundação Ford.

O reconhecimento da área das ciências sociais e, dentro dela, o serviço social, já ganhou uma certa legitimidade. As agências financiadoras se mostram mais sensíveis e passam a valorizar os objetos de investigação e as temáticas abordadas pelo serviço social.

5.2- ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

Sistematizando os aspectos problemáticos da pesquisa em serviço social no Brasil, temos:

- a inexistência de uma política coerente de pesquisa no sentido da definição de prioridades e objetivos, tendo como referência as necessidades da área acarretando falta de relevância dos temas - os modismos que caracterizam as flutuações dos enfoques de pesquisa na área foram discutidos no trabalho de Odaria Batini - e a existência de grupos instáveis de pesquisa.

- as pesquisas de caráter isolado, que abordam universos limitados e particulares, não podendo ser generalizadas e não contribuindo para a acumulação de conhecimentos sobre o tema;

- o rebatimento tardio de temas na área do serviço social;

- a dificuldade na identificação e/ou limitação do objeto de estudo e de sua construção, com base nas sucessivas abstrações que, à partir da realidade, permitem ir gradualmente precisando, delimitando e particularizando o objeto (Kameyama);

- a dificuldade para construir seu quadro conceitual, para escolher os instrumentos de investigação e análise dos dados (como consequência das dificuldades de particularização);

- carência de rigor na coleta dos dados e inexistência de tratamento estatístico;

- dificuldades para passar de categorias abstratas para os objetos reais e, também, para construir novas categorias particulares, a partir das categorias genéricas;

- dificuldade para a análise histórica e estrutural da questão focada: essa dificuldade torna a análise, além de insuficiente para a compreensão dos processos sociais, oferecem poucos subsídios para opções e ações em níveis mais amplo, definidores de estratégias e políticas no setor;

- ausência de abordagem multidisciplinar exigida pela complexidade dos problemas que aborda: só com explicações que abordem os diferentes determinantes das relações da sociedade que se pode compreender as possibilidades de abertura para a ação, a sua viabilidade e suas possíveis consequências.

5.3- PRIORIDADES DA PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL

São inúmeros os problemas sociais cujo conhecimento aprofundado são essenciais para a ação dos assistentes sociais. Por exemplo, apenas para ilustração: a demanda social por determinados tipos de ação do profissional do serviço social, o peso dessas pressões e o sentido que tomam, o efeito que determinam em relação ao ensino, as características dos novos profissionais e especialidades que oferecem; a qualidade do ensino; o estudo da imagem profissional e dos critérios de prestígio ocupacionais que valorizam determinadas concentrações em lugar de outras.

A definição de prioridades implica em adoção antecipada de uma perspectiva valorativa que hierarquiza as alternativas e de programas passíveis de apoio institucional pelas agências financiadoras.

Há necessidade de estratégias de ação convergentes. Segundo Kameyama, na medida em que o serviço social se volta para o conhecimento da realidade social, política e econômica - contexto onde se gestam as questões sociais - o estudo de seu objeto científico requer o conhecimento substantivo de outras áreas e habilitação em técnicas especializadas. Daí a necessidade da formação de equipes de pesquisa interdisciplinar, que possibilitem uma pluralidade e diversificação de abordagens, no sentido da verticalização dos conhecimentos sobre uma temática.

5.4 - A NECESSIDADE DE UMA PESQUISA GLOBALIZANTE NO SERVIÇO SOCIAL

Essa abordagem consiste em investigações dos processos sociais nos quais o serviço social intervém - como elemento integrante de uma determinada posição na divisão sócio-técnica do trabalho -, tendo em vista interpretá-los em termos de sua inter-relação dinâmica com os processos amplos de relações de uma sociedade específica. Nessa relação, com o desvelamento das múltiplas determinações que os concretizam, o caráter histórico desses processos vai tomando significado.

Qual o papel desses processos sociais específicos nos processos mais amplos da sociedade, nos seus vários momentos? Não se trata de uma problemática específica. Os conhecimentos da área são referidos a teorias sociais e a teorias intermédias de maior generalidade - às teorias, de classe, às teorias da cotidianidade, às teorias das relações de poder, etc. Nessa aplicação, em algumas pesquisas, já se sente a preocupação de não realizar apenas a operação intelectual de aplicação das mesmas ao estudo do objeto, mas criticá-las e avançar a partir delas.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desse desenvolvimento histórico permite perceber que, por um lado, os programas de pós-graduação *strictu sensu* em serviço social expandiram-se com uma progressiva descentralização e se

consolidaram, o número de profissionais qualificados para o ensino e a pesquisa se ampliou, a produção científica cresceu, criou-se um impacto sobre os profissionais da categoria e sobre os docentes que vitalizaram a pesquisa em sua área de profissionalização, foram criadas associações de pesquisa com a finalidade de coordenar e estimular a investigação em serviço social. Neste último ano, a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social vem estimulando o encontro e o intercâmbio desses programas na reflexão e análise dos problemas e objetivos do pós-graduação *strictu sensu* em serviço social, como forma de embasamento para seu redirecionamento e elaboração de propostas comuns.

Por outro lado, permaneceram alguns problemas e outros têm surgido como consequência mesma da expansão. Em diversos órgãos (inclusive CAPES) não se tem um Comitê Assessor da área e naquele em que se conta com assessor é em número insuficiente (um único assessor da área no CNPq); disponibilidade reduzida de verbas destinadas à pesquisa para a área nos órgãos de financiamento. Há ainda por resolver a identidade e objetivos de cada nível do pós-graduação *strictu sensu* e sua relação com o pós-graduação *latu sensu*. Outros problemas se devem prioritariamente a questões próprias da organização dos mestrandos dada a irregularidade e escassez crônica dos recursos para sua manutenção e fomento à pesquisa (principalmente nas Universidades particulares): a relação numérica inadequada entre orientador/alunos; o tempo médio de titulação elevado; o alto índice de evasão; a dificuldade de composição e de reposição dos quadros de docentes.

(1) Segundo Samuel Levy (1976): "No início da década, o principal ponto de estrangulamento do sistema universitário em crise era a questão dos excedentes. Como resposta a esse impasse, o governo, sem condições de ampliar suficientemente as vagas da rede oficial, autorizou ao setor privado a abertura de cursos superiores, abrindo espaço para que a educação se transformasse em um negócio lucrativo para a empresa privada. Em termos de números, essa expansão de matrículas foi de mais de 300%: em 1960, 93.202; em 1965, 155.781; em 1970, 374.000 (estimativa).

(2) Estudos realizados pelo professor Newton Sucupira deram base para o Parecer 977/65, do Conselho Federal de Educação, que definia os cursos de pós-graduação no Brasil e informaram as normas para credenciamento desses cursos, emitidas em Parecer 77/69, daquele mesmo Conselho. Ainda, a proposta de projeto de lei que respaldou a Lei da Reforma Universitária, Decreto nº 62.937, de 1968, visando a "sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país" recomendava a

"implantação sistemática de cursos de pós-graduação, visando a formação de cientistas, professores e técnicos de alto nível" (Decreto nº62.937, apud Martins de Sá, p. 16).

(3) Na fase de preparação dos cursos de pós-graduação, para a formação de seu núcleo inicial, um Programa Especial do Ministério da Educação, do início dos anos 70, permitiu a titulação ao nível de doutoranda e/ou livre-docência de alguns professores. Em função desse programa, surgem as primeiras pesquisas sistematizadas, na área do serviço social, de Maria Lucia Carvalho, Suzana R. Medeiros, Myrian Veras Baptista, Seno Corneily, Marta Terezinha Godinho, Ana Augusta da Almeida, Ada Pelegrine Lemos, e outros.

(4) São considerados programas de pesquisa ou linhas de pesquisa (Cf. Geraldo Muller "Orientação, Tese e Pesquisa" apud Kameyama, 1989) aqueles que dispõem de um conjunto de hipóteses de trabalho sobre um tema problemático e que permite a produção de uma série de hipóteses de pesquisa (tese, dissertação e trabalhos de conclusão de curso), de um modo articulado e controlado. O aluno, como sujeito de pesquisa trabalhará com uma hipótese potencialmente já disposta pelo sujeito do programa da pesquisa, ou seja, com as hipóteses de trabalho.

(5) Já em 1978, tivemos o simpósio sobre "Trabalho Social e Política Social" realizado em Prayas (Guayaquil), Equador. Em 1979, o IX Seminário Latino-Americano de Trabalho Social, realizado em Caracas, Venezuela, em 1979, teve por tema o "Campo de Ação da Política Social e a Formação Profissional". Em 1980 o CELATS promoveu um curso sobre "Política Social", por ocasião da realização do X Seminário Latino-Americano de Serviço Social em São Paulo.

(6) Apresentado no Fórum Nacional de Pesquisa em Serviço Social - Questões e Perspectivas, realizado em São Paulo em agosto de 1991, no qual se procurou as diretrizes e as prioridades de pesquisa na área do serviço social.

(7) A partir de 1966 a Fundação Ford realiza convênios com a Universidade Federal de Minas Gerais e a Sociedade Brasileira de Instrução, a Universidade Federal do Rio de Janeiro a Universidade Federal de Pernambuco, visando a criação dos programas de pós-graduação. E outras instituições de pesquisa, como o Centro de Análise e Planejamento - CEBRAP.

(8) Até 1968 era a CAPES que assumia a responsabilidade de apoio às pesquisas na área das ciências sociais.

(9) É significativo que na PUC de São Paulo, único curso de pós-graduação no Brasil e na América Latina que conta com Curso de Doutorado em Serviço Social, até 1990 não incluía na carga horária de seus professores, tempo para pesquisa. Hoje, há possibilidade de atribuição de 10 horas para pesquisa desde que apresente plano de trabalho que a contenha e este seja aprovado pela Comissão de Ensino e Pesquisa da Universidade (esse privilégio é restrito aos professores de tempo integral na Universidade).

BIBLIOGRAFIA:

- ANMANN, Salfira B. *Avaliação & Perspectivas*. Brasília, CNPq, 1983
- ANPED *Enfrentando desafios*. São Paulo, Boletim ANPED, vol 9, nº1, 1987.
- BAPTISTA, Myrian Veras (entrevistadora) "O doutorado da PUC/SP, PUC/RJ, PUC/RIS: novas perspectivas - depoimentos de Suzana Rocha Medeiros e Maria do Carmo Falcão" in *Serviço Social & Sociedade* nº 15, São Paulo, Cortez, agosto de 1984, pp. 153-159.

----- *Pós-Graduação/Graduação: uma relação necessária. Informe sobre a situação dos Programas de Pós-Graduação em relação ao tema. 1º Seminário de Ensino em Serviço Social da ABESS. Belo Horizonte, outubro de 1990.*

----- *Relatório Preliminar de pesquisa sobre a realidade do pós-graduação strictu-sensu no Brasil. XXVI Convenção Nacional da ABESS. Florianópolis, outubro de 1989.*

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS
Diagnóstico e Proposições. V Encontro Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação. Brasília, junho de 1989.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. PUC/SP, PUC/RJ, UFRJ, UFPE, UFPa, PUC/RS. Formulários do Projeto Pedagógico Preenchidos em 1988.

COSTA, Ania Aline A., KAMEYAMA, Nobuco e SILVA, Ilda L.R. *Relatório de Avaliação da área de Pós-Graduação em Serviço Social*. Brasília, CAPES, 1985 (mimeografado).

IAMAMOTO, Marilda V., KARSCH, Ursula S. e ARAUJO, Jairo M. *Relatório Avaliativo da área de pós-graduação em serviço social*. Brasília, CAPES, 1990

KAMEYAMA, Nobuco *Pesquisa em Serviço Social no Brasil*. Fórum Nacional de Pesquisa em Serviço Social - Questões e Perspectivas. São Paulo ABESS/CEDEPSS, agosto de 1991.

KAMEYAMA, Nobuco *A questão da pesquisa nas ciências sociais*. XXVI Convenção de ABESS. Florianópolis, outubro de 1989.

KAMEYAMA, Nobuco e KARSCH, Ursula M.S. *Pós-Graduação e Serviço Social no Brasil e Projeto Pedagógico*. 1988 (mimeografado).

KAMEYAMA, Nobuco *Programa de Fomento à Pesquisa na Área do Serviço Social*, 1988 (mimeografado).

LEVY, Samuel "As prioridades da pesquisa em economia da educação" in NETTO, Adolpho Ribeiro (coordenador) *Pesquisa para o planejamento educacional*. Simpósio: Fundação Carlos Chagas, na XXIII Reunião Anual da SBPC, Curitiba, julho de 1971. São Paulo, 1976.

MARTINS DE SÁ, Jeanete Iasch *A pesquisa nas universidades brasileiras: evolução histórica e perspectivas*. Vitória, CEDEPSS, 1989.

NETTO, Adolpho Ribeiro (coordenador) *Pesquisa para o planejamento educacional*. Simpósio: Fundação Carlos Chagas, na XXIII Reunião Anual da SBPC, Curitiba, julho de 1971. São Paulo, 1976.

NETTO, José Paulo, "A propósito da disciplina de Metodologia" in *Serviço Social & Sociedade* n° 14. São Paulo, Cortez, abril de 1984. pp. 5-15.

PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA PUCSP. *Documento de credenciamento do Doutorado e reconhecimento do Mestrado*. São Paulo, PUCSP, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA. CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES. COORDENAÇÃO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL. *Dados básicos sobre o Curso de Mestrado*. João Pessoa, UFPb, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL. COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *Informações sobre o Pós-Graduação*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1990.

...../ NUPESS *Proposta de Programa de Doutorado em Serviço Social - Encontro de Nogueira*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1989

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO *Informações sobre o Pós-graduação em Serviço Social*. Recife, UFPe, 1990.